

Guarujá: dezenas de caiçaras temem não permanecer no Plano Diretor**LEGISLATIVO.** Na Câmara, requerimento caiçara pede que parlamentares mantenham texto que está no decreto 156/2013

Guarujá: caiçaras preocupados em se manter no Plano Diretor

» Dezenas de famílias caiçaras de Guarujá podem sofrer um prejuízo imenso caso seus imóveis e acessos não sejam preservados no novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que tramita na Câmara de Vereadores desde o ano passado. A situação também inclui moradores de áreas rurais do Município. A informação é do titular de cadeira nos conselhos municipais de Comunidades Tradicionais do Turismo, Cultura, e de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Guarujá, Sídney Bibiano Silva dos Santos.

Para garantir o direito à terra – que passa de pai para filho há décadas – Bibiano ingressou com um requerimento para que os parlamentares mantenham de forma permanente o texto que está no decreto 156/2013 e na página nove do memorial descritivo que diz respeito às comunidades tradicionais, que vem sendo atualizado este ano. O requerimento sequer foi pautado na Casa de Leis. “Os vereadores precisam tratar a questão com seriedade e responsabilidade. Há dezenas de famílias envolvidas na questão que podem ser muito prejudicadas caso os textos não sejam mantidos”, afirma Bibiano.

Membro da Central dos Movimentos Populares Baía da Santista, da Federação das Associações do Estado de São Paulo, da Confederação Municipal das Associações do Guarujá e da Associação dos Moradores e Amigos da Cachoeira Região Rabo do Dragão, entre outros, Bibiano há anos luta contra o poder público e empresários para garantir que a comunidade caiçara não seja dizimada pela especulação imobiliária.

“É preciso colocar um fim à especulação imobiliária no entorno das comunidades e frear a expansão portuária. Precisamos de ações que preservem nossa identidade e a sustentabilidade do meio ambiente, não de ações que busquem o genocídio dos caiçaras”, completa.

São consideradas comunidades tradicionais caiçaras



Muitos caiçaras moram às margens da estrada Guarujá-Bertioga e temem que o Plano Diretor não contemple os seus imóveis

as ocupações localizadas na extensão da estrada Guarujá-Bertioga; na Prainha Branca; Ponta da Armação; sítios Cachoeira; Conceiçãozinha; Lido; Pedrinha; Bom Jardim; Tijucopava; Ponta Grossa; Sambaqui (canal de Bertioga); parte da Praia do Perequê; praias do Góes e Santa Cruz dos Navegantes.

MUNICIPALIZAÇÃO.

Há anos que Sídney Bibiano denuncia ações que visam desartar os caiçaras de Guarujá, como reuniões dentro de loteamentos e marinas localizadas às margens da Rodovia Ariovaldo de Almeida Viana, conhecida como Guarujá-Bertioga.

Como já disse ao *Diário* anteriormente, “As reuniões de-

veriam ocorrer em locais neutros. Dentro do loteamento, impedem a participação da comunidade caiçara, que mora às margens da estrada e que reside na região muito antes dos loteamentos serem instalados”.

Bibiano também vem há tempos lutando pela municipalização da Rodovia que, segundo ele, vai ampliar os serviços públicos e o crescimento econômico da região. “Val possibilitar reconhecimento como uma comunidade urbana, apesar de ainda necessitarmos de aprimoramento de prestação de serviços e mais infraestrutura”, explica, revelando que cerca de 30 mil pessoas seriam beneficiadas com a medida.

Já existe pedido de municipalização que atinge os 22,5 quilômetros da estrada, ligando a área urbana até a balsa que dá acesso ao município de Bertioga. O trecho urbano é conhecido pelos nomes Estrada do Pernambuco e Avenida Marjory da Silva Prado. Toda a estrada possui características urbanas, com serviços de correios, transporte público, coleta de lixo, iluminação, mas tudo de forma bastante precária, necessitando ampliar a infraestrutura para famílias que lá residem por mais de 70 anos. Tudo permanece no papel.

AGRICULTORES.

Outras que estão preocupadas são sete famílias de agricultores rurais estabelecidas desde 1969 no Município que,

inclusive, têm suas terras registradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Elas temem a exclusão do setor e a implantação de uma via que cortará suas áreas.

Em manifestação à Câmara, lutam pela permanência da atividade no Plano Diretor, mantendo-se a lei complementar mencionada por Bibiano, que garante (subseção VI artigo 64) em que o setor rural se caracteriza por abrigar atividades rurais, compreendendo a agricultura, pecuária e aquicultura.

Requerem também a análise das diretrizes definidas no Plano de Mobilidade. Trata-se da Via DW 06, que pretende ligar as rodovias Cônego Domênico Rangoni e Ariovaldo de

Almeida Viana, traçada dentro das propriedades dos agricultores do setor rural e Área de Proteção Ambiental (APA) de Santo Amaro.

A APA é definida como uma extensa área natural, com um certo nível de ocupação humana, que garante a proteção e conservação de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida da população.

“Todas essas mudanças poderiam afetar uma vida toda, comprometerá a subsistência dos agricultores, já que vivem exclusivamente da agricultura. Haverá desapropriação das propriedades para a construção da via”, apontam em manifestação.

PLANO.

A Prefeitura de Guarujá aguarda a oficialização da Câmara com relação às datas das audiências públicas que serão marcadas para debater o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUS) no Legislativo. Lembrando que, em novembro encaminhou as propostas após elaborar minutas e apresentar, em mais de 50 reuniões e quatro audiências públicas, a proposta municipal, que considerou sugestões da sociedade civil organizada.

O material atualizado contém as alterações acolhidas pelo grupo técnico do Plano Diretor, todas feitas a partir da participação popular. Em 2022, foi finalizada a fase diagnóstica, que já contou com a participação popular, com a publicação do Relatório Diagnóstico no portal da Prefeitura. No início de 2023, equipes técnicas se debruçaram para formular as propostas disponibilizadas no formato de minutas e anexos tanto para o PDDU quanto para a LUS.

Houve ainda o processo de consulta pública, com a participação da população pelo site da Prefeitura e da realização de 31 reuniões com a sociedade civil organizada, durante a fase prognóstica e 19 reuniões setoriais off-line na fase diagnóstica. (Carlos Rattone)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 3